

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta
Tese será disponibilizado
somente a partir de 23/08/2023.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

JULIANA APARECIDA MARTINI

**Efeitos de um programa de promoção de práticas parentais
positivas em contexto de vulnerabilidade social**

Tese apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Helena Pereira Padovani
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Gimol Benzaquen Perosa

JULIANA APARECIDA MARTINI

Efeitos de um programa de práticas parentais
positivas em contexto de vulnerabilidade social

Tese apresentada à Faculdade
de Medicina, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Câmpus de
Botucatu, para obtenção do título
de Doutora em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Helena Pereira Padovani
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Gimol Benzaquen Perosa

Botucatu
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSEMEIRE APARECIDA VICENTE-CRB 8/5651

Martini, Juliana Aparecida.

Efeitos de um programa de práticas parentais positivas
em contexto de vulnerabilidade social / Juliana Aparecida
Martini. - Botucatu, 2021

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de
Botucatu

Orientador: Flávia Helena Pereira Padovani

Coorientador: Gimol Benzaquen Perosa

Capes: 40600009

1. Relações com a família. 2. Psicologia infantil.
3. Relações pais-filho. 4. Vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Comportamento infantil; Família; Relações
pais-filhos; Vulnerabilidade social.

A Deus.

E a todas as mulheres, pesquisadoras, professoras, trabalhadoras, chefes de famílias, e mães, que nunca deixaram de sonhar, e que incluíram seus filhos em seus sonhos, e sonharam juntos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em uma oração que um dia fiz, só nós sabemos de nossa história, estará sempre no primeiro lugar da minha vida, e seu amor eu levarei por onde eu caminhar.

A minha família, minha direção e minha base, meu refúgio. Minha mãe que me ensinou ainda pequena que estudar diminui a angústia do não saber, passei a ler e persistir no que trazia respostas para um mundo melhor, obrigada pelas orações, pai, mãe, amo vocês e sou eternamente grata por tudo o que são no mundo! A meus sobrinhos que alegam minha vida e me tornam criança em cada reencontro, a meu filho que me ensinou que o ser é muito mais do que o saber, não existe conhecimento sem vida, eu amo sua existência, eu amo tudo o que você é no mundo e tudo o que você é dentro de mim!

Agradeço a todos que me ajudaram a tirar pedras do caminho. Marcela, Yasmin, obrigada pelo carinho e pela disposição em auxiliar na pesquisa. Gabi não tenho como retribuir todo o carinho durante os dois anos de trabalho juntas, sua quietude e serenidade me auxiliaram em momentos muito difíceis.

Heidy, Gabi Gomes, ainda comemoraremos a vida que pulsa depois de tantas máscaras e álcool gel, vocês brindaram comigo há quatro anos, e memórias ficarão para sempre guardadas. A toda a família Pilan, principalmente uma senhora espetacular, cheia de vida e de muita fé, dona Cida. Ao Rafael, amigo que a vida me fez compartilhar amor e eternizá-lo numa alma cheia de luz!

Aos que me acolheram no CRAS e me mostraram que pequenas mudanças ocorrem em todos os lugares, obrigada por me ouvir e pelo esforço em compreender o que eu queria dizer. Vivi, Mari, obrigada por tanta dor compartilhada. E a cada estagiário que me viveu comigo a Psicologia. Continuo apaixonada pela comunidade, pelo desenvolvimento infantil, por políticas públicas, por prevenção e promoção de saúde, não finalizei um objeto de pesquisa, só estou iniciando uma nova jornada.

I am also grateful for an eternal friendship, a God's gift to me, who have been supporting me in my anguish, correcting and helping me to look ahead, Molham, I really appreciate it!

A Marcela, Eliandra, e demais professores do IMES, porque se de um lado eu tive dificuldades, por outro, havia compreensão de todo o sofrimento que a escrita trazia, de todo o papel social que a ciência poderia ter dentro das políticas e da sociedade, não seria quem eu sou sem vocês, e com vocês permanecerei.

Acima de tudo, não haveria processo se não houvesse comprometimento, força e luz de alguém tão especial e sábia, obrigada por ajudar a me reconstruir, agradeço a ti Flávia por toda a doçura de suas correções, te admiro tanto, e obrigada por compartilhar comigo seu amor pela docência, não me esquecerei jamais, se desejava ser pesquisadora no mestrado, passei a desejar ser professora também. Agradeço a paciência quanto a minha dificuldade de organizar as idéias e escrevê-las!

Finalmente, agradeço a quem sempre me abriu a porta, principalmente quando a gente tinha apenas uma idéia e um desejo para apresentar, num contexto de trabalho, maternidade solo, com pouca rede de apoio, você acreditou em mim! Sua presença na minha vida vai além da universidade, você me deu voz, desde as primeiras supervisões, e eu quero levar essa voz enquanto eu existir na defesa dos direitos de todos, principalmente de crianças e adolescentes, levarei tudo o que aprendi contigo no meu ser e fazer! Obrigada Gimol, você é uma das pessoas mais verdadeira, sincera e humilde que já conheci!

Por fim, agradeço a todas as mulheres que compartilharam comigo momentos tão prazerosos e significativos, sintam-se amadas!

O reconhecimento de que os processos do desenvolvimento humano são profundamente influenciados pelos eventos e condições do meio ambiente concede maior importância às políticas públicas e intervenções que tem efeito sobre a natureza do ambiente.

(BRONFRENBRENNER, 2012, p. 38)

MARTINI, J. A. **Efeitos de um programa de promoção de práticas parentais positivas em contexto de vulnerabilidade social**. 2021. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2021.

As políticas públicas brasileiras têm voltado o olhar para a primeira infância, garantindo recursos básicos na saúde, educação, condições básicas de vida e moradia. No âmbito das políticas socioassistenciais, um dos focos seria o cuidado e o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias através de programas e serviços. Dessa forma, o presente trabalho pretendeu avaliar o uso de um programa de intervenção direcionado às práticas parentais em famílias vulneráveis, atendidas dentro de um serviço social de acompanhamento familiar. Trata-se de um estudo quase-experimental, não randomizado, com comparações entre grupos e intragrupo, avaliações uni-cegas, e delineamento longitudinal. Foi composta uma amostra de conveniência com 30 familiares de crianças de 2 a 6 anos, beneficiárias do Programa VIVALEITE, divididos em dois grupos: Grupo Intervenção (GI) e Grupo Controle (GC). Foram utilizados os instrumentos: a) para seleção dos participantes: Ficha Cadastral de Beneficiários; b) para caracterização da amostra: Acompanhamento no CRAS, Ficha de identificação ACT, *Adverse Childhood Experiences Study Questionnaire* – ACE, Escala de Eventos Vitais; c) para avaliação das práticas parentais: Avaliação ACT, Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar – PAFAS; d) para avaliação do comportamento da criança: Questionário de Capacidades e Dificuldades - SDQ; e) para a intervenção Programa ACT – “Para Educar Crianças em Ambiente Seguros”; f) para avaliação do processo de intervenção: Exercício 6, letra b, da reunião prévia do Programa ACT, Questionário de Avaliação do Programa ACT, Subescala Sobre o Desenvolvimento Infantil da Avaliação ACT, Diários de Campo. Para o GI foram realizadas três avaliações, com aplicação dos respectivos instrumentos: 1ª avaliação (pré-intervenção): Avaliação ACT, PAFAS e SDQ; 2ª avaliação (pós-intervenção): Avaliação ACT, PAFAS, SDQ, ACE e Escala de Eventos Vitais; 3ª avaliação (*follow-up*): Avaliação ACT, PAFAS e SDQ. Para o GC foram realizadas duas avaliações com os mesmos instrumentos utilizados com o GI, com intervalo de dois meses e meio entre elas. Foram realizadas análises de comparação entre grupos (GI *versus* GC) e intragrupo (GI), considerando-se as três avaliações (pré-intervenção *versus* pós-intervenção *versus follow-up*) e análise quanti-qualitativa do processo de intervenção do GI. De acordo com os resultados, GI e GC eram semelhantes quanto às características sociodemográficas e indicadores de vulnerabilidade, porém houve diferença estatisticamente significativa quanto à idade das crianças (GC<GI). Foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto às pontuações na subescala de Hiperatividade (SDQ) no momento pré-intervenção (GC>GI) e na subescala de Ajustamento Familiar (PAFAS) após a intervenção (GI > GC). Na comparação intragrupo (GI) foi observada diferença estatisticamente significativa em relação à subescala de Ajustamento Familiar do PAFAS (pós-intervenção>*follow-up*). Portanto, diferentemente do esperado, os resultados não indicaram aumento da frequência de práticas parentais positivas e diminuição de problemas comportamentais da criança, em curto e médio prazo, exceto quanto ao ajustamento familiar. Apesar da dificuldade inicial de adesão das famílias, observou-se índices elevados de fidelização ao programa e assiduidade e uma avaliação positiva do mesmo. Sugere-se, então, a adaptação do Programa ACT à realidade das famílias em vulnerabilidade social, considerando o contexto em que estão inseridas, suas necessidades e desejos, podendo se constituir como ação dentro do Serviço de Acompanhamento e Atendimento Integral a Família (PAIF).

Palavras-chaves: Vulnerabilidade Social. Família. Relações Pais-Filhos. Comportamento Infantil.

MARTINI, J. A. **Effects of a promoting positive parenting program in a context of social vulnerability**. 2021. Thesis (Doctorate in Public Health) – Botucatu Medical School, São Paulo State University, Botucatu, 2021.

Brazilian public policies have turned their attention to early childhood, guaranteeing basic resources in health, education, basic living conditions, and housing. One of the social assistance policy guidelines is fortify the care and protective behavior of families through programs and services. Accordingly, this paper is aimed to evaluate an intervention program of parental practices in vulnerable families, assisted by a social program. This is a quasi-experimental, non-randomized study, with inter-and-intra- group comparisons, single-blind assessments, and longitudinal design. A convenience sample was composed of 30 family members of children from 2 to 6 of age, assisted by VIVALEITE Program, divided into two groups: Intervention Group (IG) and Control Group (CG). Instruments were used: a) to select the participants: Beneficiary Registration; b) for characterization of the sample: Follow-up at CRAS, ACT identification form, Adverse Childhood Experiences Study Questionnaire - ACE, Vital Events Scale; c) for assessment of parenting practices: ACT Assessment, Parenting and Family Adjustment Scale - PAFAS; d) for assessment of child behavior: Abilities and Difficulties Questionnaire - SDQ; e) for intervention ACT Program - "To Raise Children in Safe Environment"; f) for evaluation of the intervention process: Exercise 6, letter b, of the ACT Program pre-meeting, ACT Program Evaluation Questionnaire, Sub-scale About Child Development of the ACT Assessment, Field Diaries. Three assessments were carried out on IG group, with the application of the respective instruments: 1st assessment (pre-intervention): ACT Assessment, PAFAS and SDQ; 2nd assessment (post-intervention): ACT Assessment, PAFAS, SDQ, ACE and Vital Events Scale; 3rd assessment (follow-up): ACT Assessment, PAFAS and SDQ. On CG, two assessments were carried out with the same instruments used with IG, with an interval of two and a half months between them. Intergroup (IG versus CG) and intragroup (IG) comparison analyses were carried out, considering the three evaluations (pre-intervention versus post-intervention versus follow-up) and quanti-qualitative analysis of the IG intervention process. According to the results, IG and CG were similar regarding sociodemographic characteristics and vulnerability indicators, but there was a statistically significant difference regarding the age of the children ($CG < IG$). Statistically significant differences were observed between the groups regarding scores on the hyperactivity subscale (SDQ) at the pre-intervention time point ($CG > IG$) and on the family adjustment subscale (PAFAS) after the intervention ($IG > CG$). In the intragroup comparison (IG), a statistically significant difference was observed in Family Adjustment subscale of the PAFAS (post-intervention > follow-up). Therefore, differently from what was expected, the results did not indicate an increase in the frequency of positive parenting practices and a decrease in the child's behavioral problems in the short and medium term, except for family adjustment. Despite the initial difficulty for the families to join, we observed high rates of fidelity to the program and assiduity, and a positive evaluation of the program. It is suggested, then, the adaptation of the ACT Program to the reality of socially vulnerable families, considering the context in which it is inserted, their needs and desires, being able to constitute an action within the Comprehensive Family Care and Monitoring Service (PAIF).

Key words: Social Vulnerability. Families. Parent-Child Relations. Child Behavior.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Variáveis sociodemográficas no Grupo Intervenção (GI) e no Grupo Controle (GC).....	p. 50
Tabela 2 - Eventos adversos na infância e na adolescência do cuidador no Grupo Intervenção (GI) e no Grupo Controle (GC), segundo instrumento ACE.....	p. 52
Tabela 3 - Eventos vitais ocorridos no último ano no Grupo Intervenção (GI) e no Grupo Controle (GC), segundo Escala de Eventos Vitais.....	p. 54
Tabela 4 - Pontuação nas escalas ACT e PAFAS sobre práticas parentais, antes e após a intervenção, no Grupo Intervenção (GI) e no Grupo Controle (GC).....	p. 55
Tabela 5 – Pontuação nas escalas ACT e PAFAS sobre práticas parentais no Grupo Intervenção (GI), antes, após a intervenção, e decorridos seis meses.....	p. 56
Tabela 6 - Pontuação no SDQ, antes e após a intervenção, no grupo Intervenção (GI) e no grupo Controle (GC).....	p. 57
Tabela 7 - Classificação do comportamento infantil no SDQ, antes e após a intervenção, no Grupo Intervenção (GI) e no Grupo Controle (GC).....	p. 58
Tabela 8 - Pontuação no SDQ, antes, após a intervenção e decorridos seis meses, no Grupo Intervenção (GI).....	p. 59
Tabela 9 – Frequências absoluta (<i>f</i>) e relativa (%) dos desejos frente ao Programa ACT, expressos pelos cuidadores durante reunião prévia.....	p. 60
Tabela 10 - Respostas sobre desenvolvimento infantil da Escala ACT no Grupo intervenção (GI) antes, após a intervenção, e decorridos seis meses.....	p. 65

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ABS	Atenção Básica à Saúde
ACE	Adverse Childhood Experience
ACT	Programa ACT – para Educar Crianças em Ambiente Seguros
APA	<i>American Psychological Association</i>
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBLC	<i>Child Behavior Checklist</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Com	Concordo
CONEP	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DBS	<i>Dialogic Book-Sharing</i>
Dis	Discordo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
<i>F</i>	Frequência
FMB	Faculdade de Medicina de Botucatu
GI	Grupo Intervenção
GC	Grupo Controle
Inc	Incerto
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
Máx	Máximo
Med	Mediana
Mín	Mínimo
ONU	Organização das Nações Unidas

PAFAS	Escala de Parentalidade e Ajustamento Familiar
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PePSIC	Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPCT	Processo-Pessoa-Contexto-Tempo
SAA-SP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SDQ	Questionário de Capacidades e Dificuldades
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno de Hiperatividade e Déficit de Atenção
UAF	Unidade de Atendimento Familiar
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p. 6
1.1 Crianças em situação de vulnerabilidade social.....	p. 6
1.2 O desenvolvimento da criança segundo referencial teórico de Bronfenbrenner	p. 10
1.3 Política Pública de Assistência Social no Brasil.....	p. 12
1.4 Políticas públicas direcionadas à criança.....	p. 16
1.5 A família e as práticas educativas.....	p. 21
1.6 Programas de Intervenção.....	p. 25
2. HIPÓTESE.....	p. 34
3. OBJETIVO.....	p. 35
4. ASPECTOS ÉTICOS.....	p. 36
5. MÉTODO.....	p. 37
5.1 Participantes.....	p. 37
5.2 Local e Contexto da Pesquisa.....	p. 39
5.3 Materiais e Instrumentos.....	p. 40
5.3.1 Seleção dos participantes.....	p. 40
5.3.2 Caracterização da amostra.....	p. 40
5.3.3 Avaliação de práticas parentais	p. 41
5.3.4 Avaliação do comportamento da criança.....	p. 43
5.3.5 Intervenção.....	p. 43
5.3.6 Avaliação do processo de intervenção.....	p. 45
5.4 Procedimento.....	p. 46
5.4.1 Coleta de dados.....	p. 46
5.4.2 Análise dos dados.....	p. 48
6. RESULTADOS.....	p. 49
6.1 Caracterização dos participantes.....	p. 49
6.1.1 Caracterização sociodemográfica.....	p. 49
6.1.2 Indicadores de adversidades.....	p. 51
6.2 Práticas Parentais.....	p. 54
6.2.1 Comparação entre grupos: GI <i>versus</i> GC	p. 54
6.2.2 Comparação intragrupo (GI): pré-intervenção <i>versus</i> pós-intervenção <i>versus follow-up</i>	p. 56
6.3 Comportamento Infantil.....	p. 57
6.3.1 Comparação entre grupos: GI <i>versus</i> GC	p. 57
6.3.2 Comparação intragrupo (GI): pré-intervenção <i>versus</i> pós-intervenção <i>versus follow-up</i>	p. 58
6.4 Processo de Intervenção	p. 59
6.4.1 Início da Intervenção - motivações e Expectativas.....	p. 59
6.4.2 Durante a intervenção - mobilizações, assiduidade e realização das tarefas.	p. 61
6.4.3 Após a intervenção - retenção/fidelização, avaliação do programa e aprendizagem sobre desenvolvimento infantil.....	p. 64
7. DISCUSSÃO.....	p. 68
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 89
REFERÊNCIAS.....	p. 92
APÊNDICES.....	p. 107
ANEXOS.....	p. 112

1. INTRODUÇÃO

Em tempos recentes, o campo de estudo sobre a vulnerabilidade social tem sido bastante explorado nas pesquisas, assim como o papel que esse contexto de risco tem para a família e seus membros, incluindo as crianças (PRATTI; COUTO; KOLLER, 2009). Há evidências científicas mostrando que crianças que vivem em países de baixa e média renda estão, desde a primeira infância, mais vulneráveis a desigualdades e agravos que prejudicam seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, esses déficits acumulados têm implicações negativas no funcionamento cognitivo e psicológico do adulto, bem como na sua escolaridade e renda futura, contribuindo, assim, para manter as desigualdades, geração após geração (DELGADO et al., 2020).

Essas constatações justificam que o desenvolvimento infantil seja uma prioridade, em particular na primeira infância, com o compromisso de incrementar políticas públicas que visem dirimir as iniquidades dos determinantes sociais e busquem atender às necessidades de saúde, conforme o grau de vulnerabilidade das crianças (SILVA; VERISSIMO; MAZZA, 2015).

Para Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo (2017), a saúde e as condições sociais de uma comunidade são indissociáveis, não sendo possível compreender um sujeito dentro dos serviços de saúde sem aferir-lhe toda sua história e suas vulnerabilidades, culminando no necessário trabalho interdisciplinar dentro da saúde coletiva.

Nesse sentido, compreender as necessidades e peculiaridades da criança em processo de desenvolvimento, que vive em um contexto vulnerável, bem como suas condições materiais de vida e os cuidados que recebe, que garantem (ou não) oportunidades para seu desenvolvimento, parece ser um passo importante para nortear os diferentes programas de atenção a essa população. Neste estudo, pretende-se voltar o olhar para as práticas parentais e refletir sobre onde estamos, onde queremos estar, e que ferramentas podemos utilizar nesse processo.

1. 1 Crianças em situação de vulnerabilidade social

O conceito de vulnerabilidade social ganhou destaque e passou a ser base das políticas nacionais a partir da década de 90, quando novas diretrizes políticas foram construídas e passaram a ter foco preventivo junto a famílias consideradas vulneráveis. A vulnerabilidade não deve ser compreendida, apenas, atrelada à baixa renda, mas também a outros marcadores socioeconômicos associados a essa condição, como baixa escolaridade, condições precárias de moradia, desnutrição

e falta de acesso a recursos educacionais e de saúde (MONTEIRO, 2011; SILVA; VERISSIMO; MAZZA, 2015). A caracterização de vulnerabilidade e risco pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) permite perceber a extensão do termo:

Família e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

A PNAS não distingue vulnerabilidade de risco social, porém, segundo Janczura (2012), os termos diferem. Vulnerabilidade, por conceituação etimológica, remete à predisposição e suscetibilidade ao estresse, enquanto risco não apenas se refere a uma consequência negativa, mas advém da ausência de uma ação preventiva (JANCZURA, 2012).

Prati et al. (2009) entendem que vulnerabilidade social é uma característica de populações que estão expostas a riscos, sejam eles pessoais, sociais ou ambientais, e que situações de estresse podem potencializar respostas disfuncionais. Para Monteiro (2011), a vulnerabilidade social decorre de diversos fatores, principalmente relacionados ao contexto, à ausência de recursos, reais e/ou simbólicos para sobrevivência, e que poderiam permitir a mobilidade social.

Segundo Carmo e Guizardi (2018), o conceito de vulnerabilidade social ultrapassa as condições da pobreza, e as incorpora. Assim, a pobreza pode ser considerada um fenômeno multidimensional que não envolve apenas a dimensão econômica, mas também política, social, cultural e, que para sua análise, há a necessidade de considerar a realidade de cada país, suas características históricas, culturais e contextuais (MORAIS et al., 2015).

Historicamente, o Brasil se destaca pela grande desigualdade na distribuição de renda. Em 2006, segundo o Gini, índice que registra a renda *per capita* familiar, 1% dos mais ricos no Brasil tinham renda semelhante a 50% dos brasileiros mais pobres (COSTA; MARGUTI, 2015). E é nesse contexto de grande desigualdade social que se encontra a criança brasileira, especialmente das regiões Norte e Nordeste.

Nas últimas décadas, os índices do desenvolvimento infantil melhoraram. Houve maior cobertura de pré-natal, de imunização, escolaridade parental, educação e diminuição dos índices de desnutrição e mortalidade infantil, mostrando que os programas de transferência de renda e demais políticas auxiliaram na ampliação de recursos materiais (MORAIS et al., 2015). Entretanto,

o impacto da pandemia por COVID após 2020, com a ausência e/ou diminuição do auxílio financeiro emergencial dado pelo governo às famílias para sua subsistência, possivelmente gerará uma desigualdade social ainda maior no país, que pode se refletir no desenvolvimento infantil (CASSIANO; LEITE, 2021), visto que, para a PNAS, a infância e a adolescência são um fator de vulnerabilidade por si só, devendo ser alvo de ações intersetoriais que promovam seu cuidado e proteção (BRASIL, 2004).

A criança inserida em uma família em situação de vulnerabilidade social vive uma condição entremeada por diversos fatores orgânicos, sociais, culturais, como desnutrição, baixo peso, desemprego, pobreza, desorganização familiar, falta de acesso à saúde e educação, que, conjuntamente, podem influenciar negativamente seu desenvolvimento (MAIA; WILLIAMS, 2005; SAPIENZA; PEDROMONICO, 2005; SILVA; VERISSIMO; MAZZA, 2015).

Na literatura já há evidências mostrando que pobreza, ausência de recursos materiais e baixa renda estão diretamente relacionadas a problemas de desenvolvimento (COSTA et al., 2016; TELLA et al., 2018; VELEDA; SOAREZ; CÉZAR-VAZ; 2011). No estudo de Velede, Soares e Cézar-Vaz (2011), crianças cujas famílias tinham menor renda, que a mãe tinha realizado menos consultas de pré-natal e que tinham índice peso-idade inadequado, apresentaram maior risco para atraso no desenvolvimento motor. Em outra pesquisa, com 319 pré-escolares, sendo 57,4% beneficiários de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, a pobreza associou-se significativamente ao atraso no desenvolvimento global, e mais especificadamente no desenvolvimento da linguagem (COSTA et al., 2016). Tella et al. (2018) buscaram analisar o impacto que a pobreza exerce nos índices de desenvolvimento no primeiro ano de vida e observaram que o menor nível socioeconômico esteve relacionado ao atraso no desenvolvimento motor e da linguagem de 444 crianças entre 6 e 9 meses de idade.

Walker et al. (2007) apontaram diversos comprometimentos que crianças em países em desenvolvimento apresentaram devido a condições socioeconômicas desfavoráveis. Os autores sugerem a necessidade urgente de ações, uma vez que tais condições repercutem no desenvolvimento global da criança e estão ligadas diretamente com a ausência de alimentos e recursos básicos, como atrofia, anemia por deficiência de ferro, deficiência de iodo, e estimulação cognitiva inadequada. O estudo enfatiza que adversidades cumulativas se associaram a consequências negativas ao desenvolvimento.

As adversidades podem representar momentos de intenso estresse para a criança, podendo

ser caracterizadas como fator de risco ao desenvolvimento infantil, com a possibilidade de prejuízos a longo prazo. Para Shonkoff (2012), o estresse tóxico, que se origina de experiências vividas, as quais ativam a resposta do organismo a partir de eventos estressores intensos e frequentes, pode gerar uma resposta autoimune de defesa durante um tempo prolongado e levar a consequências sociais, relacionais e orgânicas, que podem cronificar e trazer prejuízos para toda a vida.

Há evidências mostrando que indivíduos que experienciaram situações adversas na infância apresentam maior insegurança, dificuldade de vinculação e de elaborar e concretizar objetivos na vida adulta (SILVA; MOTA, 2018). No estudo de Pinto, Alves e Maia (2015), com 225 mulheres adultas que apresentaram tentativas de suicídio, as com maior risco referiam, também, maior número de adversidades sofridas na infância. Em um estudo americano, com uma amostra de 9.508 pessoas que responderam a um questionário sobre saúde, observou-se que mais da metade dos participantes relataram ao menos uma adversidade na infância e um quarto das pessoas, mais que dois tipos de adversidade. O estudo concluiu que houve associação dos problemas de saúde na vida adulta com o número de adversidades relatados na infância, isto é, pessoas que relataram ter vivenciado quatro ou mais adversidades na infância tiveram de 4 a 12 vezes mais risco para o alcoolismo, abuso de drogas, depressão, e tentativas de suicídio (FELLITI et al., 1998).

Entretanto, apesar de terem vivenciado adversidades, muitas pessoas emitem uma resposta positiva frente a um contexto adverso, caracterizando a resiliência. Para Infante (2005), a resiliência é pautada em três importantes aspectos: a compreensão do risco vivenciado; a adaptação positiva à situação vivenciada, que está intrinsecamente ligada às normas culturais, às fases do desenvolvimento humano e aos aspectos individuais; e ao processo, uma vez que a resiliência é pautada em fatores que incluem a relação do indivíduo com os demais, não devendo ser vista como atributo pessoal. Em crianças, assim como na população em geral, a resiliência é complexa e permeada por diversos determinantes que carecem ser estudados (OLIVEIRA; NAKANO; SILVA, 2019).

A partir da complexidade do tema acerca da vulnerabilidade social na infância, cabe reforçar que a criança em condição de pobreza deve ser vista como atravessada por diversos determinantes sociais, econômicos e políticos. Dessa forma, não se deve atribuir ao sujeito a responsabilidade por sua condição, outorgando-lhe a responsabilidade única por sua escolha e pelo *status* e cultura que carrega, reforçando ideologias excludentes, construídas a partir de uma

sociedade desigual (SARMENTO, 1991).

1.2 O desenvolvimento da criança segundo referencial teórico de Bronfenbrenner

A criança não pode ser compreendida sem considerar seu contexto de desenvolvimento. Urie Bronfenbrenner formulou sua teoria de desenvolvimento como um contraponto ao modo tradicional de se estudar o desenvolvimento humano, que não dava a devida atenção às múltiplas influências dos contextos em que os sujeitos viviam (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). Para Bronfenbrenner (2012), o desenvolvimento é complexo, dinâmico, contínuo e moldado na reciprocidade entre a pessoa e seu meio.

Ao transitar em diferentes contextos, o indivíduo afeta e é afetado por ele. As transições ecológicas são de extrema importância na constituição dos indivíduos, sendo que os eventos que vivenciam em cada um dos espaços em que circulam, a forma como interagem, interferem na forma como cada um se desenvolve (BRONFEBRENNER, 2012). Quando falamos de crianças entendemos que a família exerce influência sobre seu desenvolvimento, mas não se pode deixar de considerar a comunidade, a escola, a sociedade, a rede de apoio familiar, a mídia, as crenças e valores presentes nos espaços em que circula e com os quais mantém uma relação recíproca (ROSA; TUDGE, 2013).

O referencial teórico proposto por Bronfenbrenner sofreu reformulações ao longo do tempo. Inicialmente denominada Abordagem (ou Modelo) Ecológica do Desenvolvimento Humano, propunha um modelo com diferentes níveis contextuais, interligados, que exerciam influência sobre o desenvolvimento de uma pessoa (COSCONI et al., 2018; ROSA; TUDGE, 2013): microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

O microssistema envolve os diferentes contextos em que a pessoa se insere e estabelece relações diretas, face-a-face como, por exemplo, a família. A relação entre dois ou mais microssistemas em que a pessoa se insere, como, por exemplo a relação entre a família e a escola, constitui o mesossistema. Além disso, o sujeito também sofre interferência de outros contextos, nos quais não participa ativamente, ou seja, fatores externos direcionados às pessoas de sua convivência, que caracterizam o exossistema. No caso das crianças, pode-se pensar nos problemas no local de trabalho dos pais, os conflitos familiares, atendimentos e acompanhamentos direcionados aos pais em serviços socioassistenciais e de saúde, entre outros. Por fim, tem-se o

8. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Os resultados do presente trabalho, diferentemente do esperado, não confirmaram integralmente a hipótese inicial. Ou seja, não houve aumento da frequência de práticas parentais positivas e diminuição de problemas comportamentais da criança, em curto e médio prazo, com famílias em vulnerabilidade social que participaram do Programa ACT.

Apesar dos resultados não confirmarem integralmente a hipótese inicial, o programa foi bem avaliado pelas participantes e trouxe efeitos positivos quanto ao ajustamento familiar e outros efeitos mais sutis como aprendizagens sobre desenvolvimento infantil, benefícios para a autoestima e autorregulação das emoções. Neste aspecto, o referencial teórico adotado no estudo, do Modelo Pessoa-Processo-Contexto-Tempo (PPCT) de Bronfenbrenner, especialmente quanto à sua conceituação de contexto, permitiu ampliar o olhar para os efeitos da intervenção e, até mesmo, para suas dificuldades de implementação.

Trata-se de resultados inovadores do Programa ACT, considerando os estudos realizados no contexto nacional, mas, para compreender os resultados, é preciso levar em conta algumas limitações. Em primeiro lugar, destaca-se que, dada a dificuldade de adesão à intervenção e ao próprio estudo, foi composta uma amostra de conveniência, não randomizada.

Outro ponto a ser destacado refere-se aos instrumentos de coleta de dados, respondidos apenas pela própria participante e, portanto, limitados à sua percepção das práticas parentais e do comportamento da criança. Em próximos trabalhos, além de aplicar os questionários a outros indivíduos que convivem com a criança (microsistemas), da família ou da creche, por exemplo, alguns instrumentos do ACT, como o que avalia o Desenvolvimento, poderiam ser acompanhados por uma entrevista qualitativa que permitiria melhor entendimento das escolhas maternas.

Mas, o estudo responde à segunda hipótese, ao apresentar motivações e anseios dos participantes, e fomentar a preocupação maior no que diz respeito a garantia de adesão de famílias muito vulneráveis a programas de intervenção,

possivelmente as que mais necessitam participar em programas que as auxiliem no cuidado aos filhos. Ao mesmo tempo, apesar da dificuldade inicial de adesão das famílias à intervenção, observou-se índices elevados de fidelização ao programa e assiduidade.

Observamos que para famílias nessa condição social, as relações familiares de apoio são extremamente importantes. As mudanças que ocorrem no dia a dia da família, associadas ao histórico de violência na infância do cuidador e baixos recursos podem ampliar as dificuldades no cuidado da criança, cuja responsabilidade permanece sendo na maior parte do tempo, da mulher. Todas as participantes deixaram claro que buscavam a intervenção para melhorar sua autoestima, um espaço de escuta, culminando na melhoria do relacionamento dentro das relações familiares

O avanço mundial no investimento de políticas direcionadas à primeira infância é imprescindível e a literatura oferece diversos programas universais direcionados ao fomento de práticas parentais positivas em diversos contextos, incluindo situações de vulnerabilidade social, com destaque ao Programa ACT. Os resultados são muito positivos, porém não há estudos que sejam realizados junto às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Portanto, estratégias que facilitem a participação dessas famílias precisam ser repensadas porque, os dados mostram que elas apreciam o programa, há fidelização e elas percebem ganhos. Pelos relatos das participantes foi possível perceber que o Programa ACT serviu como espaço de escuta e acolhimento à parentalidade, bem como auxiliou na compreensão do desenvolvimento infantil e na melhora da dinâmica familiar, o que reforça ações que permitam que esses espaços sejam ampliados dentro da política social, ao mesmo tempo em que se pontue estratégias de redução da pobreza e extrema pobreza, principalmente após uma crise pandêmica. Sugere-se, então, a adaptação do Programa ACT à realidade das famílias em vulnerabilidade social, considerando o contexto em que está inserida, suas necessidades e desejos.

O CRAS, muitas vezes, é visto, unicamente, como porta de entrada a programas e benefícios socioassistenciais. Dessa forma, se faz necessário

consolidar seu papel no acompanhamento familiar que ultrapasse o critério único de renda, e que direcione seu trabalho à fragilidade dos vínculos familiares, população deste estudo. A partir disso, o acompanhamento social através do PAIF pode ser associado a projetos e programas direcionados à parentalidade com o objetivo de prevenção de violência e maus-tratos infantis, mas acima de tudo na melhoria das relações familiares, do apoio social e dos recursos positivos presentes na comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. T. *et al.* Parent education interventions: results from a national study in Portugal. **European Journal of Developmental Psychology**, London, v. 9, n. 1, p. 135-149, jan. 2012. DOI [10.1080/17405629.2011.647865](https://doi.org/10.1080/17405629.2011.647865).
- ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Universal violence and child maltreatment prevention programs for parentes: a systematic review. **Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 25, n. 1, p. 27-38, abr. 2016. DOI [10.1016/j.psi.2015.10.003](https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.10.003).
- ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Prevention intervention for strengthening effective parenting practices: a randomized controlled trial. **Journal of Applied Developmental Psychology**, New York, v. 62, p. 160-172, maio/jun. 2019. DOI [10.1016/j.appdev.2019.03.003](https://doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003).
- ALTAFIM, E. R. P.; MCCOY, D. C.; LINHARES, M. B. M. Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. **Children and Youth Services Review**, New York, v. 89, p. 93-102, jun. 2018. DOI [10.1016/j.childyouth.2018.04.025](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.025).
- ALTAFIM, E. R. P.; OLIVEIRA, R. C.; LINHARES, M. B. M. Maternal History of Childhood Violence in the Context of a Parenting Program. **Journal of Child and Family Studies**, v. 30, n. 1, p. 1-13, jan. 2021. DOI [10.1007/s10826-020-01868-1](https://doi.org/10.1007/s10826-020-01868-1).
- ALTAFIM, E. R. P.; PEDRO, M. E. A.; LINHARES, M. B. M. Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting Program in a developing country. **Children and Youth Services Review**, New York, v. 70, p. 315-323, nov. 2016. DOI [10.1016/j.childyouth.2016.09.038](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.09.038).
- ARAÚJO, A.; BARCELLOS, W. A contextualização da Assistência Social no Brasil: do Assistencialismo ao reconhecimento como política pública e a influência da lógica neoliberal. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-17, jun. 2021. DOI [10.20951/2446-6778/v6n2a4](https://doi.org/10.20951/2446-6778/v6n2a4)
- ARAÚJO, J. P. *et al.* História da saúde da criança, conquistas, políticas e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 6, p. 1000-1007, nov./dez. 2014. DOI [10.1590/0034-7167.2014670620](https://doi.org/10.1590/0034-7167.2014670620).
- AZEVEDO, R. N.; BAZON, M. R. Severity levels of physical punishment of children/adolescents: cluster analysis. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 38, p. e190088, 2021. DOI [10.1590/1982-0275202138e190088](https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190088).
- BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012. DOI [10.1590/S0101-66282012000100010](https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100010).
- BARNES, J. *et al.* Randomized controlled trial and economic evaluation of nurse-led

group support for young mothers during pregnancy and the first year postpartum versus usual care. **Trials**, London, v. 18, n. 1, p. 1-15, nov. 2017. DOI [10.1186/s13063-017-2259-y](https://doi.org/10.1186/s13063-017-2259-y).

BEE, H.; BOYD, B. **A criança em desenvolvimento**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 567 p.

BLACK, M. M. *et al.* Early childhood development coming of age: science through the life course. **Lancet**, London, v. 389, p. 77-90, jan. 2017. DOI [10.1016/s0140-6736\(16\)31389-7](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(16)31389-7).

BOAS, A. C. V.; DESSEN, M. A. Transmissão Intergeracional da violência física contra a criança: um relato de mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, 2019. DOI [10.4025/psicolestud.v24i0.42647](https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42647)

BOLSONI-SILVA, A. T.; BORELLI, L. M. Training parental educational social skills: comparison procedures from the intervention's time. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 36-58, abr. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n1/v12n1a03.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. Práticas parentais: conjugalidade, depressão materna, comportamento das crianças e variáveis demográficas. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 24, n. 1, p. 69-83, jan./mar. 2019. DOI [10.1590/1413-82712019240106](https://doi.org/10.1590/1413-82712019240106).

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Habilidades sociais educativas parentais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares. **Alethéia**, Canoas, n. 27, p. 126-138, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000100010. Acesso em: 16 jul. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M. Behavioral problems and their relationship to maternal depression, marital relationships, social skills and parenting. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 33, n. 22, set. 2020. DOI [10.1186/s41155-020-00160-x](https://doi.org/10.1186/s41155-020-00160-x).

BOLSONI-SILVA, A. T.; MARTURANO, E. M.; FREIRIA, L. R. B. Indicativos de problemas de comportamento e de habilidades sociais em crianças: um estudo longitudinal. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 506-515, 2010. DOI [10.1590/S0102-79722010000300011](https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300011).

BOLSONI-SILVA, A. T.; PAIVA, M. M.; BARBOSA, C. G. Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de caracterização. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 169-184, 2009. DOI [10.1590/S0103-56652009000100012](https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100012).

BOLSONI-SILVA, A. T.; PERALLIS, C.; NUNES, P. Problemas de comportamento, competência social e desempenho acadêmico: um estudo comparativo de crianças no

ambiente escolar e familiar. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1189-1204, 2018. DOI [10.9788/TP2018.3-03Pt](https://doi.org/10.9788/TP2018.3-03Pt).

BORTOLINI, M.; ANDRETTA, I. Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 31, n. 73, p. 227-235, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20175>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BRANCO, M. A. O.; TOMANIK, E. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 402-411, ago. 2012. DOI [10.1590/S0102-71822012000200018](https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200018).

BRANCO, M. S. S.; ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Universal intervention to strengthen parenting and prevent child maltreatment: updated systematic review. **Trauma Violence e Abuse**, Thousand Oaks, p. 1-19, maio 2021. DOI [10.1177%2F15248380211013131](https://doi.org/10.1177%2F15248380211013131).

BRANCO, M. S. S.; LINHARES, M. B. M. O estresse tóxico e seu impacto no desenvolvimento na perspectiva da Teoria do Ecobiodesenvolvimento de Shonkoff. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 1, p. 89-98, jan./mar. 2018. DOI [10.1590/1982-02752018000100009](https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100009).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências, 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm#art14. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional da Primeira Infância**. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_adolescente_IX/

[plano%20nacional%20da%20primeira%20infancia%202010.pdf](#). Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidências da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 225, 25 nov 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 12, p. 59, 13 jun. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria de Promoção do Desenvolvimento Humano. Portaria conjunta nº 1, de 27 de abril de 2020. Aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, município e Distrito Federal, quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 10, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-conjunta-n-1-de-27-de-abril-de-2020-254212946>. Acesso em: 14 jul. 2021.

BRASIL. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. São Paulo: ABEP, 2019. Disponível em:

https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2019.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**: seção1, Brasília, DF, p. 1, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021**. Regulamenta a Medida Provisória nº 1039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente o coronavírus (covid-19). Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº1061, de 9 de agosto de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em: 10 set. 2021.

BOCHI, A.; FRIEDRICH, D.; PACHECO, J. T. B. Revisão sistemática de estudos sobre programas de treinamento parental. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 549-563, 2016. DOI [10.9788/TP2016.2-09](https://doi.org/10.9788/TP2016.2-09).

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano (recurso eletrônico)**: tornando os seres humanos mais humanos. Tradução André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CAPELA, S. F. P. N. **Motivação para o envolvimento num programa de intervenção parental e adesão ao programa ACT – Raising Safe Kids**. 2020. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46562>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CARDOSO, J. N.; TEIXEIRA, S. M. Política de assistencial social e trabalho social com família: autonomia ou maternagem? **Serviço Social Em Revista**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 66-87, 2014. DOI [10.5433/1679-4842.2014v17n1p66](https://doi.org/10.5433/1679-4842.2014v17n1p66).

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018. DOI [10.1590/0102-311X00101417](https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417).

CARVALHO, C.; CRUZ, O. Comportamentos disciplinares em mães de crianças de idade pré-escolar: efeito das crenças de eficácia maternas, do sexo e idade das crianças e da escolaridade materna. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 4, p. 433-443, 2018. DOI [10.1590/1982-02752018000400010](https://doi.org/10.1590/1982-02752018000400010).

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n.

spe, p. 45-54, 2003. DOI [10.1590/S1413-73722003000300007](https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007).

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Preventing Adverse Childhood Experiences (ACEs): leveraging the best available evidence**. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention, 2019. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/82316>. Acesso em: 16 jul. 2021.

COSCIANI, V. *et al.* Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 363-373, 2018. DOI [10.1590/0103-656420170115](https://doi.org/10.1590/0103-656420170115).

COSTA, E. F *et al.* Association between family poverty and the neuropsychomotor development of children in the administrative districts of Belém. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 29, n. 3, p. 533-542, jul./set. 2016. DOI [10.1590/1980-5918.029.003.AO11](https://doi.org/10.1590/1980-5918.029.003.AO11).

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Pichau/Downloads/Atlas%20da%20vulnerabilidade%20social%20nos%20munic%C3%ADpios%20brasileiros%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Pichau/Downloads/Atlas%20da%20vulnerabilidade%20social%20nos%20munic%C3%ADpios%20brasileiros%20(1).pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

CUNHA, W. A. Política de assistência social no Brasil: avanços e desafios no pós-constituição de 1988. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 98-113, jan./abr. 2017. DOI [10.18391/req.v18i1.2979](https://doi.org/10.18391/req.v18i1.2979).

DUTRA, H. S; REIS, V. N. Desenhos de estudos experimentais e quase-experimentais: definições e desafios na pesquisa em enfermagem. **Revista de Enfermagem**, v. 10, n. 6, p. 2230-2241, jun. 2016. DOI [10.5205/1981-8963-v10i6a11238p2230-2241-2016](https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i6a11238p2230-2241-2016)

SOUZA, J.; CREPALDI, M. A. Emotional and Behavioral Problems of Children: Association between Family Functioning, Coparenting and Marital Relationship. **Acta Colombiana de Psicología**, Bogotá, v. 22, n. 1, p. 82-94, 2019. DOI [10.14718/ACP.2019.22.1.5](https://doi.org/10.14718/ACP.2019.22.1.5).

MORAIS, R. L. S. *et al.* Primeira Infância e pobreza no Brasil: uma análise integrada a partir de indicadores de saúde, educação e desenvolvimento social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p. 303-314, jan./jun. 2015. DOI [10.18764/2178-2865.v19n1p303-314](https://doi.org/10.18764/2178-2865.v19n1p303-314).

DELGADO, D. A. *et al.* Avaliação do desenvolvimento motor infantil e sua associação com a vulnerabilidade social. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 48-56, jan./mar. 2020. DOI [10.1590/1809-2950/18047027012020](https://doi.org/10.1590/1809-2950/18047027012020).

SILVA, D. I.; VERISSIMO, M. R.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. **Revista Brasileira de**

Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-8, 2015. DOI [10.7322/JHGD.96760](https://doi.org/10.7322/JHGD.96760).

DIOGO, M. C. S.; AKERMAN, L. P. F.; BORSA, J. C. Sintomas de hiperatividade e déficit de atenção em uma amostra de crianças escolares brasileiras. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 13, n. 3, p. 828-848, set./dez. 2020. DOI [10.4013/ctc.2020.133.06](https://doi.org/10.4013/ctc.2020.133.06).

FATORI, D. *et al.* Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 3013-3020, set. 2018. DOI [10.1590/1413-81232018239.25332016](https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.25332016).

FELITTI, V. J. *et al.* Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: the Adverse Childhood Experiences (ACE) study. **American Journal of Preventive Medicine**, New York, v. 14, n. 4, p. 245-258, maio 1998. DOI [10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8).

FERNALD, L. C. H.; GERTLER, P.; NEUFELD, L. M. Role of cash in conditional cash transfer programmes for child health, growth, and development: an analysis of mexico's oportunidades. **Lancet**, London, v. 371, n. 9615, p. 828-37, abr. 2008. DOI [10.1016/S0140-6736\(08\)60382-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(08)60382-7).

FERRIOLLI, S. H. T.; MARTURANO, E. M.; PUNTEL, L. P. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 251-259, abr. 2007. DOI [10.1590/S0034-89102006005000017](https://doi.org/10.1590/S0034-89102006005000017).

FLEITLICH, B.; CORTAZAR, P. G.; GOODMAN, R. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ). **Infanto Revista de Neuropsiquiatria da Infância e da Adolescência**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 44-50, 2000. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-275954>. Acesso em: 16 jul. 2021.

FONSECA, S. C.; ALMEIDA, E. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, Pelotas, v. 20, n. 49, p. 123-141, ago. 2016. DOI [10.1590/2236-3459/59433](https://doi.org/10.1590/2236-3459/59433).

GARBOIS, J. A.; SODRÉ, F.; DALBELLO-ARAUJO, M. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em Debate [online]**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, jan-mar. 2017. DOI [10.1590/0103-1104201711206](https://doi.org/10.1590/0103-1104201711206).

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M.; ALMEIDA, A. M. T. Educação parental e pedagogia social: avaliação de uma proposta de intervenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 94-104, jul. 2016. DOI [10.15448/1981-2582.2016.1.21396](https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.1.21396).

GERSHOFF, E. T. Corporal Punishment by Parents and Associated Child Behaviors and Experiences: A Meta-Analytic and Theoretical Review. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 128, n. 4, p. 539-579, jul. 2002. DOI [10.1037//0033-2909.128.4.539](https://doi.org/10.1037//0033-2909.128.4.539).

GERSHOFF, E. T.; SATTLER, K. M.; ANSARI, A. Strengthening causal estimates for

links between spanking and children's externalizing behavior problems. **Psychological Science**, New York, v. 29, n. 1, p. 110-120, jan. 2018. DOI [10.1177/0956797617729816](https://doi.org/10.1177/0956797617729816).

GUISSO, L.; BOLZE, S. D. A.; VIEIRA, M. L. Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 12, n. 1, p. 226-255, jan./abr. 2019. DOI [10.4013/ctc.2019.121.10](https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.10).

HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A. C. M. Influências ambientais na saúde mental da criança. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, p. 104-110, abr. 2004. DOI [10.1590/S0021-75572004000300013](https://doi.org/10.1590/S0021-75572004000300013).

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, A. A.; OJEDA, E. N. S. (eds.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. São Paulo: Artmed, 2005. cap. 1, p. 22-38. Disponível em: https://www.larpsi.com.br/media/mconnect_uploadfiles/c/a/cap_01ppplo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173>. Acesso em: 16 jul. 2021.

JANSEN, K. et al. Eventos de vida estressores e episódios de humor: uma amostra comunitária. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3941-3946, set. 2014. DOI [10.1590/1413-81232014199.12932013](https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.12932013).

KAMAKURA, W.; MAZZON, J. A. Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 55-70, jan/fev. 2016. DOI [10.1590/S0034-759020160106](https://doi.org/10.1590/S0034-759020160106)

KNOX, M.; BURKHART, K.; CROMLY, A. Supporting positive parenting in community health centers: the ACT Raising Safe Kids program. **Journal of Community Psychology**, Brandon, v. 4, n. 4, p. 395-407, mar. 2013. DOI [10.1002/jcop.21543](https://doi.org/10.1002/jcop.21543).

KNOX, M.; BURKHART, K. A multi-site study of the ACT Raising Safe Kids program: Predictors of outcomes and attrition. **Children and Youth Services Review**, New York, v. 39, p. 20-24, abr. 2014. DOI [10.1016/j.childyouth.2014.01.006](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2014.01.006).

KNOX, M.; DYNES, M. The ACT Raising Safe Kids Program. In: GERSHOFF, E. T.; LEE, S. J. (eds.) **Ending the physical punishment of children: a guide for clinicians and practitioners**. Washington: American Psychological Association, 2020, p. 99-107. DOI [10.1037/0000162-011](https://doi.org/10.1037/0000162-011).

KROEFF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. DOI [10.12957/epp.2020.52579](https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579)

KUSIAK, G. S.; MELLO, L. T. N.; ANDRETTA, L. Empatia e práticas parentais: a importância dos pais se colocarem no lugar dos filhos. **Aletheia**, Canoas, v. 52, n. 2, p. 8-20, jul/dez. 2019. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942019000200002.

Acesso em: 03 ago. 2021.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, Cuernavaca, v. 6, n. 10, p. 31-56, maio 2019. DOI

[10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2](https://doi.org/10.31406/relap2012.v6.i1.n10.2).

LAWRENZ, P. *et al.* Estilos, Práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los? **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 2-9, 2020. DOI

[10.5935/1808-5687.20200002](https://doi.org/10.5935/1808-5687.20200002).

LEUSIN, J. F.; PETRUCCI, G. W.; BORSA, J. C. Clima Familiar e os problemas emocionais e comportamentais na infância. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 49-61, jan./jun. 2018. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v19n1/v19n1a05.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LEÇA, M. L. G. P. **Estudo qualitativo sobre o Programa ACT**: exploração das percepções de pais de diferentes níveis socioeconômicos. 2018. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37932/1/ulfpie053304_tm.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002. Acesso em: 16 jul. 2021.

MATA, N. T.; SILVEIRA, L. M. B.; DESLANDES, S. F. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2881-2888, set. 2017. DOI [10.1590/1413-81232017229.13032017](https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13032017).

MAGALHAES, C.; KNOX, M. A Multi-Site Study of the ACT Raising Safe kids Program in Portugal. **Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma**, London, mar. 2021. DOI [10.1080/10926771.2021.1933287](https://doi.org/10.1080/10926771.2021.1933287)

MAINARDES, L. W. P. **Estilos parentais e risco de problemas de comportamento em crianças inseridas em um serviço de Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social**. 2018. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_b634b61c060d97423b41ff5c006169d5. Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2004, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a06.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MARTINS, R. C. *et al.* Parental attendance in two early-childhood training programmes to improve nurturing care: a randomized controlled trial. **Children and Youth Services Review**, v. 118, p. 105418, nov. 2020. DOI [10.1016/j.chidyouth.2020.105418](https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2020.105418).

MÁRQUEZ, B. F. **Envolvimento parental no programa ACT-Raising Safe Kids e motivação para a mudança**. 2017. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33271/1/ulfpie052863_tm.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

MONDIN, E. M. C. Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 26, n. 54, p. 233-244, jul./set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19885>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/695>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MURTA, S. G. Programas de prevenção a problemas emocionais e comportamentais em crianças e adolescentes: Lições de três décadas de pesquisa. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-8, 2007. DOI [10.1590/S0102-79722007000100002](https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000100002).

OLIVEIRA, K. S.; NAKANO; T. C. Avaliação da resiliência: uma revisão internacional. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p.1021-1043, dez. 2019. DOI [10.5752/P.1678-9563.2019v25n3p1021-1043](https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n3p1021-1043).

OLIVEIRA, T.; ALVES, I. G. Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 7, n. 2, p. 16-32, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/14379>. Acesso em: 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, F. C. C. *et al.* Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatual em crianças cadastradas no programa Bolsa Família. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 7-18, 2011. DOI [10.5123/S1679-49742011000100002](https://doi.org/10.5123/S1679-49742011000100002).

OLIVEIRA, J. L. A. P. *et al.* Grupo de pais: aprendizagens de participantes do programa ACT. **Ciências Psicológicas**, Montevideo, v. 15, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2021. DOI [10.22235/cp.v15i1.2392](https://doi.org/10.22235/cp.v15i1.2392).

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DIAS, A. C. G. Práticas educativas e intervenção

com pais: A educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças Psicologia da Saúde**, São Bernardo do Campo, v. 21, n. 1, p. 29-40, jan./jun. 2013. DOI [10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40](https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v21n1p29-40).

PEDRO, M. E. A.; ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. ACT Raising Safe Kids program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. **Psychosocial Intervention**, Madrid, v. 26, n. 2, p. 63-72, 2017. DOI [10.1016/j.psi.2016.10.003](https://doi.org/10.1016/j.psi.2016.10.003).

PINTO, V. C. P.; ALVES, J. F. C.; MAIA, A. C. Adversidade na infância prediz sintomas depressivos e tentativas de suicídio em mulheres adultas portuguesas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 617-625, out./dez. 2015. DOI [10.1590/0103-166X2015000400005](https://doi.org/10.1590/0103-166X2015000400005).

PIRES, M. F. D. N. *et al.* A influência das práticas parentais no desenvolvimento da criança: uma revisão de literatura. **Amazonica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, Amazonas, v. 22, n. 2, p. 282-309, jul/dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/5134/4103>. Acesso em: 03 ago. de 2021.

POLETTTO, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 405-416, set. 2008. DOI [10.1590/S0103-166X2008000300009](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009).

PRATTI; L. E.; COUTO, M. C. P. P; KOLLER, S. H. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 403-408, set. 2009. DOI [10.1590/S0102-37722009000300014](https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300014).

RAIKES, H. A.; THOMPSON, R. A. Efficacy and social support as predictors of parenting stress among families in poverty. **Infant Mental Health Journal**, New York, v. 26, n. 3, p. 177-190, maio 2005. DOI <https://doi.org/10.1002/imhj.20044>.

RAMOS, F. R.; PEREIRA, A. I.; BARROS, L. Parent's perspectives about their experience in the ACT – Raising Safe Kids program: a qualitative study. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 37, n. 3, p. 285-300, 2019. DOI 10.14417/ap.1571.

RAPOSO, H. S. *et al.* Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29-33, 2011. DOI 10.1590/S0101-60832011000100007.

RIBEIRO, J. M. O uso do castigo físico em crianças e adolescentes como prática educativa: algumas perspectivas da Sociologia, Filosofia e Psicologia. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 9, n. 2, p. 2013-221, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/07.pdf>. Acesso em: 16 jul. de 2021.

RODRIGUES, O. M. P. R.; NOGUEIRA, S. C. Práticas educativas e indicadores de ansiedade, depressão e estresse maternos. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32,

n. 1, p. 35-44, jan./mar. 2016. DOI [10.1590/0102-37722016012293035044](https://doi.org/10.1590/0102-37722016012293035044).

ROCHA, P. C. X. M.; MORAES, C. L. Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/ Niterói (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3285-3296, jul. 2011. DOI [10.1590/S1413-81232011000800028](https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800028).

ROCHA, J. M.; SOUZA, C. C.; TEIXEIRA, A. F. Perspectivas de avaliação da política da política nacional de Assistência Social: o caso dos Centros de Referência da Assistência Social. **Revista ORG & DEMO**, Marília, v. 17, n. 1, p. 43-62, jan./jun. 2016. DOI [10.36311/1519-0110.2016.v17n1.04.p43](https://doi.org/10.36311/1519-0110.2016.v17n1.04.p43).

ROSA, E. M.; TUDGE, J. Urie Bronfenbrenner's theory of human development: Its Evolution from ecology to bioecology. **Journal of Family Theory & Review**, Hoboken, v. 5, n. 4, p. 243-258, 2013. DOI [10.1111/jftr.12022](https://doi.org/10.1111/jftr.12022).

SALVO, C. G.; SILVARES, E. F. M.; TONI, P. M. Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 187-195, jun. 2005. DOI [10.1590/S0103-166X2005000200008](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2005000200008).

SAMPAIO, I.; GOMIDE, P. Inventário de Estilos Parentais – IEP – Gomide (2006) Percurso de Padronização e Normatização. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 25, n. 48, p. 15-26, jan./mar. 2007. DOI [10.7213/rpa.v25i48.19675](https://doi.org/10.7213/rpa.v25i48.19675).

SÁNCHEZ-CESÁREO, M. *et al.* Factores asociados al abuso de menores: resultados de una intervención para el fortalecimiento de prácticas de crianza. **Revista Puertorriqueña de Psicología**, San Juan, v. 29, n. 1, p. 16-35, jun. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325841347>. Acesso: 16 jul. 2021.

SANDERS, M. *et al.* Parenting and Family Adjustment Scale (PAFAS): validation of a brief parent-report measure for use in assessment of parenting skills and family relationships. **Child Psychiatry Human Development**, New York, v. 45, n. 3, p. 255-272, jun. 2014. DOI [10.1007/s10578-013-0397-3](https://doi.org/10.1007/s10578-013-0397-3).

SANTANA, L. R. **Adaptação transcultural e validação da Parenting and Family Adjustment Scales (PAFAS)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6319095. Acesso em: 16 jul. 2021.

SANTOS, A. I. P. M. *et al.* Impacto de um programa de competências parentais no stress e competências de atenção plena. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 33, p. 1-7, 2020. DOI [10.37689/acta-ape/2020AE02826](https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AE02826).

SANTOS, R. G. H.; CELERI, E. H. R. V. Rastreamento de problemas de saúde mental em crianças pré-escolares no contexto da atenção básica à saúde. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 82-90, jan./mar. 2018. DOI [10.1590/1984-](https://doi.org/10.1590/1984-)

[0462/2018;36;1;00009.](#)

SÃO PAULO. **Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999.** Institui o Projeto Estadual do Leite “VIVALEITE” em substituição ao Programa Campo/Cidade-Leite. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/8688>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.225, de 11 de agosto de 2011.** Altera dispositivos do Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, que institui o Projeto Estadual do Leite “VIVALEITE”, e dá providências correlatas. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57225-11.08.2011.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SARMENTO, M. J. Pobreza infantil: factos, interpretações e desafios políticos. In: SARMENTO, M. J.; VEIGA, F. **Pobreza infantil.** Realidades, desafios, propostas. Ribeirão Portugal: Edições Húmus, 2010. cap. 11, p. 179-191. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66603/1/Sarmiento%202010%20Pobreza%20Infantil%20Factos%2c%20Realidades%20Desafios.%20pdf.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SAPIENZA, G.; PEDROMÔNICO, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, 2005. DOI [10.1590/S1413-73722005000200007](https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200007).

SAVOIA, M. G. Escalas de eventos vitais e de estratégias de enfrentamento (coping). **Revista Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 57-67, mar./abr. 1999.

SCANNELL, C. **Parental self-efficacy and parenting through adversity.** London: Parenting, InterOpen, 2020, p. 1-16. DOI [10.5772/intechopen.91735](https://doi.org/10.5772/intechopen.91735).

SCHMIDT, B.; STAUDT, A. C. P.; WAGNER, A. Intervenções para promoção de práticas parentais positivas: uma revisão integrativa. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 2-18, jan./jun. 2016. Disponível: <http://hdl.handle.net/10183/163213>. Acesso em: 16 jul. 2021.

SCREMIN, A. L. X. et al. Avós que coabitam e compartilham as tarefas parentais. **Psicologia Argumento**, Paraná, v. 37, n. 97, p. 312-330, 2020. DOI [10.7213/psicolargum.37.97.AO02](https://doi.org/10.7213/psicolargum.37.97.AO02)

SHONKOFF, J. P. Leveraging the biology of adversity to address the roots of disparities in health and development. **Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America**, Maryland, v. 109, n. 2, p. 17302-17307, 2012. DOI [10.1073/pnas.1121259109](https://doi.org/10.1073/pnas.1121259109)

SILVA, B. S. M. A “maternidade moderna” e a medicalização do parto nas páginas do Boletim da Legião Brasileira de Assistência, 1945-1964. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1019-1037, 2018. DOI [10.1590/S0104-](https://doi.org/10.1590/S0104-)

[59702018000500007](https://doi.org/10.59702018000500007).

SILVA, J. **ACT Raising Safe Kids Program**. Washington, DC: American Psychological Association, 2011.

SILVA, J. **Programa ACT para educar crianças em ambientes seguros, manual do facilitador e guia de avaliação**. Washington, DC: American Psychological Association, 2009.

SILVA, M. F. M.; MOTA, C. P. Adversidade na infância e objetivos de vida em adultos. **Psicologia**, Lisboa, v. 32, n. 1, p. 49-62, 2018. DOI [10.17575/rpsicol.v32i1.1309](https://doi.org/10.17575/rpsicol.v32i1.1309).

SILVA, S.; MAIA, A. Experiências adversas na infância de adultos com obesidade mórbida. **Acta Médica Portuguesa**, Lisboa, v. 20, p. 495-501, 2007. DOI [10.1590/S0101-81082010005000002](https://doi.org/10.1590/S0101-81082010005000002).

SILVA, D. I.; VERÍSSIMO, M. L. R.; MAZZA, V. A. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-18, 2015. DOI [10.7322/JHGD.96760](https://doi.org/10.7322/JHGD.96760).

SILVA, J. A.; WILLIAMS, L. C. A. Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 743-755, 2016. DOI [10.9788/TP2016.2-19Pt](https://doi.org/10.9788/TP2016.2-19Pt).

SILVA, I. C. P. *et al.* Estresse parental em famílias pobres. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, p. e40285, 2019. DOI [10.4025/1807-0329e40285](https://doi.org/10.4025/1807-0329e40285).

SOUZA, F. M.; FIORINI, M. C.; CREPALDI, M. A. Coparentalidade e envolvimento parental em famílias binucleares: revisão sistemática. **Atualidades em Psicologia**, José, San Pedro Montes de Oca, v. 34, n. 129, p. 119-140, jul/dez. 2020. DOI [10.15517/ap.v34i129.35334](https://doi.org/10.15517/ap.v34i129.35334)

TELLA, P. *et al.* Socioeconomic diversities and infant development at 6 to 9 months in a poverty area of São Paulo, Brazil. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 232-400, jul./set. 2018. DOI [10.1590/2237-6089-2017-0008](https://doi.org/10.1590/2237-6089-2017-0008).

TONI, C. G. S.; HECAVEÍ, V. A. Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 19, n. 3, p. 511-521, dez. 2014. DOI [10.1590/1413-82712014019003013](https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003013).

VELEDA, A. A.; SOARES, M. C. F; CÉZAR-VAZ, M. R. Fatores associados ao atraso no desenvolvimento em crianças, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 79-85, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/13411>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VILLANUEVA, E. R. *et al.* História da assistência social no Brasil. **Multitemas**, Campo

Grande, n. 14, p. 154-175, 1999. Disponível em:
<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1163>. Acesso em: 17 jul. 2021.

WALKER, S. P. *et al.* Child development: risk factors for adverse outcomes in developing countries. **Lancet**, London, v. 369, n. 9556, p. 145-157, jan. 2007. DOI: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(07\)60076-2](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(07)60076-2).

WEBER, L. N. D. *et al.* Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 7, n. 2, p. 163-173, dez. 2002. DOI [10.1590/S1413-82712002000200005](https://doi.org/10.1590/S1413-82712002000200005).

YUNES, M. A. M. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 75-84, 2003. DOI 10.1590/S1413-73722003000300010.